

## **ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

### **MUNICÍPIO DE JARDIM**

**LEI Nº 2153/2025**

Jardim-MS, 02 de setembro de 2025.

***“Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar imóvel de propriedade do Município de Jardim à AGRAER - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural, para fins de implantação do projeto da Associação Apícola Pantanal, e dá outras providências”.***

**JULIANO DA CUNHA MIRANDA**, Prefeito Municipal de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar à AGRAER – Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural, autarquia estadual vinculada ao Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, um imóvel urbano de propriedade do Município de Jardim, com a seguinte descrição: **“Lote 16 A (Dezesseis A), com área total de 5.923,25m<sup>2</sup> (cinco mil, novecentos e vinte e três quadrados e vinte e cinco centímetros quadrados), objeto da matrícula n. 23.095 do 1º Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Jardim-MS”.**

**Art. 2º**- A doação prevista nesta Lei tem por finalidade a implantação do projeto da Associação Apícola Pantanal, entidade sem fins lucrativos, reconhecida por sua atuação no setor da apicultura e que atualmente detém a maior produção de mel silvestre do Estado de Mato Grosso do Sul.

**§ 1º.** O terreno será utilizado exclusivamente para o desenvolvimento das atividades do projeto, já estruturado com instalações físicas e maquinários fornecidos pela própria AGRAER, em apoio à referida associação.

**§ 2º.** Após a regularização das formalidades legais e operacionais, o imóvel poderá ser transferido pela AGRAER à própria Associação Apícola Pantanal, mediante instrumento próprio, com vistas à continuidade do projeto e sua consolidação definitiva.

**Art. 3º** - A doação será formalizada por meio de escritura pública, devendo constar cláusula de reversão ao patrimônio do Município caso a finalidade não seja cumprida no prazo de cinco anos, ou se houver desvio de finalidade.

**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JULIANO DA CUNHA MIRANDA**

Prefeito Municipal

